



série
assistente social no combate ao
preconceito

transfobia

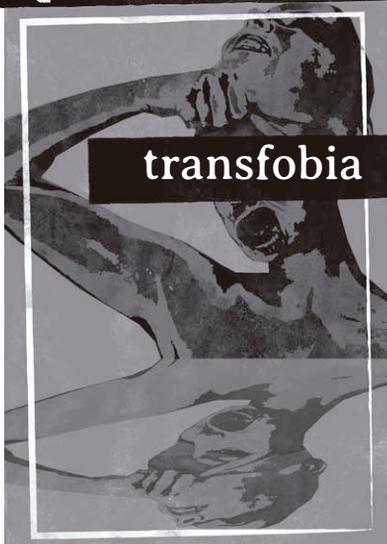


série
assistente social no combate ao
preconceito

transfobia

série
assistente social no combate ao
preconceito

caderno 4 ///



Elaboração do texto
Guilherme Almeida

Organização e edição de conteúdo
Comissão de Ética e Direitos Humanos CFESS

Tânia Maria Ramos Godoi Diniz (coord.)
Daniela Neves
Josiane Soares Santos
Maria Bernadette de Moraes Medeiros
Maurílio Castro de Matos
Adriane Tomazelli (assessora especial)

Revisão
Assessoria de Comunicação CFESS
Diogo Adjuto e Rafael Werkema

Projeto gráfico, diagramação e capa
Rafael Werkema

Brasília (DF), 2016

ISBN: 978-85-99447-23-9

Conselho Federal de Serviço Social - CFESS
Gestão Tecendo na Luta a Manhã Desejada (2014-2017)

COMPOSIÇÃO

Presidente

Maurílio Castro de Matos (RJ)

Vice-presidente

Esther Luíza de Souza Lemos (PR)

1ª Secretária

Tânia Maria Ramos Godoi Diniz (SP)

2ª Secretária

Daniela Castilho (PA)

1ª Tesoureira

Sandra Teixeira (DF)

2ª Tesoureira

Nazarela Rêgo Guimarães (BA)

Conselho Fiscal

Juliana Iglesias Melim (ES)

Daniela Neves (DF)

Valéria Coelho (AL)

Suplentes

Alessandra Ribeiro de Souza (MG)

Josiane Soares Santos (SE)

Erlenia Sobral do Vale (CE)

Marlene Merisse (SP)

Raquel Ferreira Crespo de Alvarenga (PB)

Maria Bernadette de Moraes Medeiros (RS)

Solange da Silva Moreira (RJ)



Setor Comercial Sul (SCS), Quadra 2, Bloco C.
Ed. Serra Dourada - Salas 312/318
CEP: 70300-902 - Brasília - DF
Tel.: (61) 3223-1652 | e-mail: cfess@cfess.org.br
Site: www.cfess.org.br

SUMÁRIO

Apresentação.....	5
Que tanto barulho é esse sobre gênero?	7
Transexuais	10
As travestis	11
<i>Drag queens, drag kings, transformistas, performers</i> ..	12
<i>Crossdresser</i>	12
Nome social	12
Você sabe como vive a população “T” e como ela é afetada pela desigualdade?	13
Esta população realmente necessita do trabalho de assistentes sociais?	15

APRESENTAÇÃO

É com imensa satisfação que a gestão *Tecendo na luta a manhã desejada*, do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) – triênio 2014/2017, apresenta a série de cadernos **Assistente Social no combate ao preconceito**.

Os textos têm como objetivo orientar e estimular os/as assistentes sociais a uma compreensão crítica das variadas situações de preconceito enfrentadas nos encaminhamentos cotidianos do exercício profissional – algumas ocasionais e outras afirmadas em aspectos sociais e culturais que afetam os sujeitos envolvidos.

No formato, em função da linguagem direta, os cadernos da série propõem-se a dialogar com os/as profissionais, problematizando o preconceito, suas origens e fundamentos históricos. A ideia é provocar a reflexão e contribuir para as estratégias efetivas de enfrentamento da reprodução do preconceito, chamando a categoria à responsabilidade ética na defesa do projeto ético-político.

O preconceito é expressão das relações conservadoras da sociabilidade burguesa e de seu individualismo, que, por sua vez, remete à exploração, cada vez mais bárbara, do trabalho pelo capital. A banalização destes fundamentos representa um desvalor, que emerge nas mais diferentes formas da vida cotidiana, e o desafio do seu enfrentamento deve provocar, na categoria de assistentes sociais, processos de autorreflexão, com vistas a uma intervenção profissional marcada por ações emancipatórias, na perspectiva de outra ordem societária.

Em tempos de fortalecimento do conservadorismo, de violação dos direitos e de criminalização da pobreza, a série **Assistente Social no combate ao preconceito** fortalece a dimensão política da profissão, respaldada pelos princípios éticos de um Serviço Social que não discrimina “por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, orientação sexual, identidade de Gênero, idade e condição física”, como aponta nosso Código de Ética Profissional.

A abordagem dos cadernos da série sobre as inúmeras formas de preconceitos nos mostra não só as diversas práticas de discriminação contra formas de vida e modos de comportamento, mas também que os diferentes preconceitos – sejam contra as mulheres, a população negra, LGBT entre outras – partem de uma mesma atitude, de um mesmo comportamento e forma de pensar.

É nesse sentido que a série **Assistente Social no combate ao preconceito** aqui apresentada pretende dar suporte aos/às assistentes sociais, para que se mantenham permanentemente vigilantes em seus posicionamentos éticos e políticos, de modo a transformá-los em ações que combatam as diversas manifestações do preconceito, refletidas no moralismo exacerbado e no controle de corpos e mentes, tão presente nas dinâmicas socioinstitucionais.

Boa leitura!

Conselho Federal de Serviço Social (CFESS)

Gestão Tecendo na luta a manhã desejada (2014-2017)

Que tanto barulho é esse, sobre gênero ?

Neste caderno, você poderá conhecer um pouco mais sobre o preconceito e a discriminação relacionados à identidade de gênero. Certamente, em algum momento da sua trajetória, você já ouviu falar da sigla LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais). Ela se popularizou na última década, tanto nas discussões do movimento social que luta contra a homofobia e suas variantes (lesbofobia, travestifobia, transfobia), quanto nos documentos oficiais que estabelecem políticas públicas em âmbito nacional, nos estados e municípios.

Apesar de apontar para um grande campo que costumamos chamar de *diversidade sexual e de gênero*, a sigla agrupa uma variedade de identidades sociais que, embora sejam conformadas por expressões semelhantes do preconceito, também tem características próprias, histórias e demandas distintas por direitos.

É importante dizer desde já, no entanto, que, mesmo sobre aquelas pessoas que não se declaram homossexuais ou bissexuais (por efetivamente não serem ou por não apreciarem estes conceitos), a homofobia muitas vezes se abate, porque ela pode se nutrir também da simples *suposição* da homossexualidade ou bissexualidade de uma pessoa.

Frequentemente, o preconceito e a discriminação de natureza homofóbica estão baseados em estereótipos sobre o que deve ser uma “mulher verdadeira” ou um “homem verdadeiro”. Isto ocorre, porque vivemos em uma ordem social firmada no *binarismo de gênero*.

O *binarismo de gênero* é uma ideologia constituída pela afirmação de que *mulheres e homens são radicalmente distintos e que esta distinção está fundada nos corpos biológicos e que, portanto, ela é imutável e inquestionável*. Como qualquer ideologia, ele produz um ocultamento da realidade social, destinado a esconder das pessoas o modo real como as relações sociais são produzidas. É importante dizer que não se nega aqui a ideia de que existem distinções biológicas. O que defendemos (a partir de muitos estudos de várias áreas do conhecimento, principalmente as ciências sociais), é que as distinções biológicas não existem em absoluto. São múltiplas construções sociais que dão sentido aos nossos corpos e ao que eles fazem.

O binarismo de gênero dá suporte ao preconceito, a um critério de verdade e, com ele, a muitos privilégios e à desigualdade social própria do capitalismo, que vemos nos diferentes espaços de sociabilidade. Um dos privilégios mais comuns sustentados pelo binarismo é o que goza a maior parte do que está socialmente associado ao masculino, em detrimento da desvalorização da maior parte do que está associado ao feminino.

Uma das frações da população usuária do Serviço Social mais afetadas pelo caráter opressivo do binarismo de gênero, é aquela formada pelos/as que se autorreconhecem como mulheres transexuais, homens transexuais e as travestis, assim como aquelas pessoas que não se identificam com estas categorias, mas se recusam a ser percebidas somente como *mulheres* ou somente como *homens* (algumas destas últimas pessoas preferem ser reconhecidas como não binárias).

De uma maneira geral, podemos dizer que diferentes culturas e sociedades produziram classificações que deram origem a identidades de gênero, mas também podemos dizer que estas classificações sempre variaram *muito*. O que queremos ressaltar é que estas classificações *mudam* e é isto que apavora principalmente os/as conservadores/as, que desejam que seus privilégios sejam mantidos a qualquer preço.

A sociedade europeia ocidental, a partir do século 18, o mesmo período que coincide com o advento da burguesia, tendeu a uma classificação binária (mulheres ou homens), baseada na aparência externa da anatomia.

Mais tarde, este processo se agudizou por meio do controle biomédico dos corpos (séc. 19).

Todavia, ao longo da história subsequente da própria Europa (e das diferentes sociedades que se produziram a partir do colonialismo europeu), existiram pessoas que não se sentiram confortáveis nas imposições sociais vinculadas ao sexo em que elas foram inseridas ao nascerem. Estas pessoas passaram a sofrer fortes opressões, por não corresponderem às normas sociais. Estas opressões tomaram diferentes formas: o ostracismo, o pauperismo, a violência física e a morte, o abandono, a discriminação, a prisão, o encarceramento em hospitais psiquiátricos, a medicalização forçada e a supressão até mesmo daqueles direitos já conquistados pela população em geral. A memória da existência destas pessoas também foi cuidadosamente apagada (de forma parcial ou total), como parte das opressões que vivenciaram.

A biomedicina, especialmente a partir do início do século 20, produziu todo um sistema de classificação tanto das sexualidades consideradas desviantes (fugiam ao padrão heterossexual e familiarista), quanto daquelas que não se enquadravam nas normas de gênero. Estes sistemas classificatórios, do qual ainda existem fortes resquícios, produziram categorias pelas quais passamos (até no senso comum) a identificar algumas destas pessoas, como “homossexual”, “bissexual” e “transexual”. Atualmente, elas ganham significados diferentes dos elaborados originalmente pela medicina, que tendia a classificá-las como doenças, desvios ou perversões, desautorizando com isso sua convivência social em condições minimamente dignas.

Imaginamos que você já tenha uma impressão do que sejam estas identidades ou até as conheça de perto, mas, de qualquer forma, apresentamos aqui uma primeira ideia sobre elas:

O binarismo de gênero é uma ideologia constituída pela afirmação de que mulheres e homens são radicalmente distintos e que esta distinção está fundada nos corpos biológicos e que, portanto, ela é imutável e inquestionável. Como qualquer ideologia, ele produz um ocultamento da realidade social, destinado a esconder das pessoas o modo real como as relações sociais são produzidas.

Transexuais

São as pessoas que, tendo sido registradas no sexo masculino ou feminino ao nascerem, se identificam como sendo de outro gênero.

Uma pessoa que foi considerada do sexo masculino quando nasceu, mas que passou a se identificar (em qualquer momento da vida) como do sexo feminino, é uma *mulher transexual* (note que o que deve prevalecer é o respeito à identidade autoenunciada pelo sujeito). Da mesma forma, uma pessoa que foi considerada do sexo feminino quando nasceu, mas que passou a se identificar, em qualquer momento da vida, como do sexo masculino, é um *homem transexual*.

É muito comum que pessoas transexuais (ou pessoas trans) lancem mão de diferentes recursos estéticos para se sentirem bem no seu gênero (cor-te e investimentos nos cabelos, roupas, calçados, adornos, entre outros) e que isso é muito importante para o seu bem-estar, saúde mental e convívio social. Além disso, muitas delas também lançam mão de recursos biomédicos para viverem melhor, como tratamentos hormonais, cirurgias plásticas e outras cirurgias (inclusive as cirurgias de transgenitalização), mas isso não é uma regra que valha para todas as pessoas transexuais.

Transexuais são as pessoas que, tendo sido registradas no sexo masculino ou feminino ao nascerem, se identificam como sendo de outro gênero.

As travestis são pessoas que, ao nascerem, foram registradas no sexo masculino, com base apenas no seu sexo genital, e que procuram inserir, em seus corpos, símbolos do que é socialmente convencionado como feminino.

No Brasil, a exemplo de muitos outros países, desde 2008, o Ministério da Saúde, pressionado pelo movimento de transexuais e de seus/suas apoiadores/as, regulamentou o *processo transexualizador no Sistema Único de Saúde (SUS)*. Este é um conjunto de procedimentos assistenciais dirigidos a quem precisa modificar seu corpo, para atingir determinadas características do gênero que afirma como o seu. Infelizmente, o acesso dos/as usuários/as a esses serviços ainda é insuficiente, em razão tanto dos ataques neoliberais sofridos pelo SUS no país, quanto por razões mais específicas relacionadas à história deste programa em especial.

Uma pessoa pode não ter uma aparência que você considere feminina (por exemplo, porque não mudou suas roupas ou calçados, não tem cabelos que você considere femininos e/ou tenha barba) e, ainda assim, ela pode ser considerada transexual, se este for o desejo dela. Ela pode ter esta aparência, porque não *deseja* de fato alterar ou porque ainda *não pôde* realizar estas mudanças (por motivos econômicos, por motivos de saúde, para preservar sua segurança na comunidade em que vive, para manter seu posto de trabalho ou por quaisquer outros motivos).

Além disso, há pessoas que reúnem todas as características de que falamos acima, como características da transexualidade, mas que não desejam ser chamadas de transexuais, preferindo ser reconhecidas como uma *mulher* ou como um *homem*, sem distinções complementares.

As travestis

As *travestis* são pessoas que, ao nascerem, foram registradas no sexo masculino, com base apenas no seu sexo genital, e que procuram inserir, em seus corpos, símbolos do que é socialmente convencionado como feminino.

As travestis tendem a se considerar como uma variante do feminino e, embora muitas vezes tenham características que efetivamente fazem com que as percebamos como muito femininas, elas tendem a não desejar modificações cirúrgicas de sua genitália, como algo importante na definição de sua feminilidade.

Algumas travestis dizem claramente que não desejam *ser mulheres*, embora permaneçam se percebendo como femininas. Não faz sentido e é ofensivo chamar a qualquer delas de “o travesti”. O tratamento mais respeitoso e coerente com o que a pessoa afirma é, portanto, “*a travesti*”.

Muitas travestis lançam mão de recursos estéticos para se sentirem bem no seu gênero (corte, pintura, apliques e outros investimentos nos cabelos, roupas, calçados, adornos, maquiagem, entre outros).

Também é comum que a maioria delas deseje ser reconhecida por um nome feminino e não com o nome de registro do nascimento.

Algumas travestis buscam recursos biomédicos para se sentir e viver melhor, como hormônios feminilizantes, depilação definitiva e cirurgias plásticas, mas isso também não é uma regra que valha para *todas* as travestis.

Infelizmente, é muito recente (e em grande medida ainda não é executado) o atendimento às necessidades de modificação corporal das travestis no SUS (Portaria MS nº 2.803/2013). Este fato contribuiu para, nas décadas anteriores e para que se mantenha atualmente, o recurso de muitas delas a serviços ilegais (fora de unidades de saúde e não regulados pela Vigilância Sanitária) para feminilizar seus corpos por meio do uso de silicone industrial, o que pode ter graves efeitos na sua saúde.

Muitas lideranças travestis, ao longo de anos de luta no Brasil, afirmaram que *ser travesti não é fantasiar-se de mulher* em eventos, tampouco durante uma parte do tempo. A travesti *vive e se apresenta como tal* nos mais diferentes espaços sociais.

Drag queens, drag kings, transformistas, performers

São artistas que costumam encenar performances e personagens do outro gênero, para fins de entretenimento e produção artística. Estas performances e personagens não são mantidas durante sua vida cotidiana.

Crossdressers

Este é um termo que se refere a pessoas que vestem roupa ou usam objetos associados ao sexo oposto, como por exemplo: acessórios, perucas, perfumes, maquiagens, por qualquer uma de muitas razões, desde vivenciar uma faceta feminina (para os homens), masculina (para as mulheres), por motivos profissionais, para obter satisfação emocional ou gratificação sexual momentânea, ou outras.

Nome Social

É comum que muitas pessoas transexuais desejem ser reconhecidas por um nome coerente com este gênero afirmado e não com o nome de registro inicial. É a este nome que a pessoa deseja ouvir quando é abordada, que chamamos de nome social.

O direito a usar o nome social e a ser tratado/a no gênero que solicita é facultado a transexuais, travestis e a outras pessoas (utilizando ou não estas identidades). O que precisa ser respeitado pelo/a assistente social e por todos/as os/as demais profissionais.

Além do cartão SUS na política de saúde, vem sendo reconhecido (por meio de portarias, resoluções, decretos e outros documentos públicos), tanto na esfera federal, quanto em alguns estados e municípios do país,

o direito à utilização do nome social nas escolas/universidades, locais de trabalho e em outros espaços públicos e privados.

O CFESS, por meio da Resolução nº 615/2011, também possibilitou, a assistentes sociais travestis e transexuais, a utilização do nome social em seus documentos profissionais, incluindo as carteiras profissionais.

Embora as pessoas trans tenham sido historicamente tratadas como doentes psiquiátricos e/ou desviantes (não apenas pela biomedicina, mas pela sociabilidade cotidiana), quando você busca conhecer com profundidade e de forma crítica esta parte da população usuária, observa que está diante de variações do comportamento social e não de doenças.

Embora as pessoas trans tenham sido historicamente tratadas como doentes psiquiátricos e/ou desviantes (não apenas pela biomedicina, mas pela sociabilidade cotidiana), quando você busca conhecer com profundidade e de forma crítica esta parte da população usuária, observa que está diante de variações do comportamento social e não de doenças.

VOCÊ SABE COMO VIVE A POPULAÇÃO "T" E COMO ELA É AFETADA PELA DESIGUALDADE?

As discriminações à população T, em razão da forma como se exprimem do ponto de vista do gênero, se manifestam desde a infância, na forma de violências, imposições ou de abandono/negligência familiar, de um longo processo de expulsão da escola e de várias outras opressões e violências (inclusive sexuais), muitas vezes sem qualquer tipo de interferência do Estado no sentido de coibi-las.

A adolescência e os primeiros anos da vida adulta tendem a ser períodos em que as discriminações se acentuam, pois é também quando a pessoa necessita se expressar plenamente como realmente se percebe, do ponto de vista do gênero. Ainda neste período, por vezes, ocorrem as primeiras relações afetivo-sexuais, entrando em conflito com várias normas e imposições sociais.

Por serem estes períodos da vida também estratégicos para a definição das condições de vida futuras, é comum que adolescentes e jovens trans acumulem, nesta fase, intensos prejuízos sociais decorrentes das discriminações sofridas, que podem comprometer sua possibilidade de sobre-

vivência material e sua saúde mental, em razão de experiências de isolamento, rejeição, autorrejeição, abuso de drogas, entre outras. Além disso, adolescentes e jovens trans se tornam alvos preferenciais da violência comunitária e policial, nos grandes centros urbanos brasileiros.

Na vida adulta e na velhice, com frequência, as violências e discriminações se mantêm e/ou se transformam. É comum que pessoas trans enfrentem dificuldades para trabalhar com dignidade, para constituir famílias/demais redes de apoio e para obter espaços de moradia e acesso a políticas e programas sociais. As instituições públicas e privadas tendem a dificultar/impedir o acesso deste público a direitos, por meio de discriminações explícitas (expulsão, violência física) ou sutis (maus tratos, humilhações, desrespeito).

No mercado de trabalho, travestis e mulheres transexuais tendem a ser socialmente induzidas ao trabalho sexual, sem que a maioria delas tenha a possibilidade de escolher outras formas de trabalho, quando desejam.

Além disso, tanto as travestis quanto as mulheres e homens transexuais são forçados/as a se adequar a um mercado de trabalho em grande medida generificado, que divide (de forma rígida) os cargos em femininos ou masculinos.

O fato de a legislação brasileira, ao contrário de países como a Argentina, não reconhecer o direito à retificação documental de nome e sexo (sem a necessidade de um processo judicial), faz com que a maioria das travestis e transexuais viva numa dupla condição: com uma aparência que tende a inscrevê-los/as num dos gêneros, enquanto seus documentos a/o inscrevem em outro, favorecendo ainda mais a ocorrência de situações discriminatórias e opressões.

Muitas atividades sociais que realizamos, de forma quase irrefletida em nossa vida cotidiana, são também generificadas, são atividades de meninos ou de meninas, de mulheres ou de homens: filas, listas de chamada, serviço militar, atividades de lazer, entre outras.

O acesso a banheiros públicos, por exemplo, tende a ser concebido a partir do sexo genital presumido, e não pela expressão/identidade de gênero. Por isso, são frequentes atualmente os conflitos decorrentes do uso destes banheiros em instituições públicas e privadas.

Esta não se torna uma questão prosaica, quando, em razão dela, algumas pessoas chegam a ficar mais de doze horas sem utilizar o banheiro (in-

clusive em ambientes de trabalho e escolares), para não se submeterem a uma humilhação maior.

É comum a sugestão de constituição de um “terceiro banheiro” de uso neutro, que é, no entanto, rechaçado pela maioria das lideranças trans e por qualquer pessoa afinada a uma perspectiva crítica, por seu caráter também discriminatório.

Apesar de todas as dificuldades que enfrentam (e talvez por elas), as pessoas trans já tem uma longa história de organização e lutas coletivas no Brasil, produzindo resistência a todas estas formas de exploração e opressão.

ESTA POPULAÇÃO REALMENTE NECESSITA DO TRABALHO DE ASSISTENTES SOCIAIS?

Stella Lee saiu do Brasil em 1985 e, como outras travestis naquele período, via no trabalho sexual na Europa o único caminho possível para sobreviver materialmente, ganhar respeitabilidade, escapar das violências que vivia por aqui e modelar seu corpo como realmente gostaria que ele fosse. Stella permaneceu na Europa por algumas décadas. Enquanto esteve lá, enviava regularmente parte do seu salário para o sustento da mãe, irmãos e sobrinhos que moravam num município da Baixada Fluminense. Ganhou algum dinheiro, sofreu violências, modelou seu corpo da melhor forma que pôde, até que, em 2012, uma pneumonia confirmou que tinha Aids. O envelhecimento já havia restringido suas oportunidades econômicas no mercado sexual europeu e as complicações de saúde, em pouco tempo, fizeram com que passasse a depender do sistema de proteção social público. A crise europeia e sua condição de clandestinidade contribuíram para que ela fosse enviada de volta ao Brasil e à casa da família. Ao retornar, a mãe e os demais familiares se recusaram a respeitar sua identidade de gênero e passaram a tratá-la pelo nome documental. A falta de recursos fez com que dependesse economicamente da família e com que perdesse a respeitabilidade conquistada antes. Uma doença degenerativa a tornou cadeirante e ainda mais dependente dos/as familiares, que passaram a vesti-la com roupas masculinas e a deixarem seu rosto ficar encoberto pela barba. Apesar da intervenção da assistente social do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), que favoreceu sua inclusão como beneficiária num programa de transferência de renda, entre outros serviços, além de atuar junto na sensibilização da família, Stella Lee desenvolveu também depressão e, pouco tempo depois, foi a óbito. Ela tinha 52 anos.

Os/as assistentes sociais fazem parte das relações sociais que tornam possível a exploração e opressão dos mais diferentes grupos sociais e não os assistem de forma neutra e indiferente.

É comum que consideremos o trabalho no campo da diversidade sexual e de gênero uma questão nova para a profissão, mas isso não é verdade. Ele pode ser um tema relativamente novo para a reflexão teórica, mas não é como desafio cotidiano nos espaços sócio-ocupacionais onde o/a assistente social está.

Travestis e transexuais – utilizando ou não estes nomes – sempre estiveram presentes no cotidiano de atuação, embora pudessem ser, com mais frequência, invisibilizados/as e sobre eles/as possam ter ocorrido tentativas de ajustamento forçado ao binarismo de gênero. Trata-se, portanto, de contribuir, na contemporaneidade, com uma postura reflexiva e crítica frente a estes temas e desafios.

A população trans está presente não apenas nos centros de referência LGBT existentes em diferentes lugares do país e nas instituições de saúde que compõem o processo transexualizador, mas em todas as instituições públicas, privadas e não governamentais em que assistentes sociais atuam.

É importante destacar que o que estas pessoas, com muita frequência, esperam do/a assistente social não é muito diverso do que o conjunto da população usuária espera: que favoreçam seu acesso a direitos e serviços.

Elas esperam solidariedade e construção conjunta de respostas às discriminações e violências que experimentam e que os/as profissionais não sejam coniventes com as situações de opressão que testemunham. Esperam que seus conhecimentos e experiências de vida possam ser tratados com respeito, consideradas, registradas e que o/a profissional seja capaz de aprender também com elas. Esperam que os/as assistentes sociais possam fortalecê-las com informações pertinentes às suas diferentes trajetórias de vida e na perspectiva da emancipação humana. Que não as julguem nem tentem enquadrá-las nos seus critérios pessoais de moralidade, além de estimulá-las e apoiá-las na sua constituição como sujeitos políticos, e que possam coletivamente ampliar o tamanho da frágil esfera pública brasileira.

serie
assistente social no combate ao
preconceito

caderno 1

O que é preconceito?

caderno 2

O estigma do uso de drogas

caderno 3

Racismo

caderno 4

Transfobia

caderno 5

Xenofobia



CFESS
CONSELHO FEDERAL
DE SERVIÇO SOCIAL

www.cfess.org.br

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-99447-23-9



9 788599 447239